

1. **(FCC - 2019 - SPPREV - Analista em Gestão Previdenciária) A autoexecutoriedade é o atributo do ato administrativo**
 - a) instituído por meio de contrato administrativo, porque depende de consenso das partes.
 - b) que possibilita a Administração pública apreender, penhorar e executar administrativamente bens do administrado devedor, independente de prévio consenso e da natureza da dívida.
 - c) por meio do qual as decisões da Administração pública são impostas a terceiros, independentemente da concordância dos mesmos.
 - d) que autoriza a Administração pública a executar suas próprias decisões, sem autorização do poder judiciário, observados os limites da legislação pertinente.
 - e) que decorre do atributo da finalidade, possibilitando a antecipação dos efeitos da decisão final.

2. **(FGV - 2019 - MPE-RJ - Técnico do Ministério Público - Administrativa) João estacionou seu carro em plena via pública, em local onde era proibido parar e estacionar. Horas depois, quando retornou ao local, foi informado de que agentes públicos guincharam seu veículo, que foi levado ao depósito público, haja vista que estava impedindo a regular circulação de outros carros, inclusive de ambulâncias que por ali precisam passar para chegar a hospital próximo. No caso em tela, o atributo do ato administrativo que autoriza os agentes públicos a praticarem o ato com aplicação de meio direto para sua concretização, na hipótese em que os meios indiretos de coerção não atenderiam ao interesse público, é a:**
 - a) exigibilidade, sem necessidade de prévio processo administrativo ou de contraditório diferido pelo administrado;
 - b) coercibilidade, com necessidade de prévio processo administrativo sumário com contraditório e ampla defesa ao administrado;
 - c) autoexecutoriedade, sem necessidade de prévia intervenção do Poder Judiciário, mas se admitindo o contraditório diferido pelo administrado;
 - d) imperatividade, com necessidade de prévio processo administrativo ou judicial, para atendimento ao princípio do devido processo legal;
 - e) discricionariedade, sem necessidade de prévia intervenção do Poder Judiciário, mas com prévio processo administrativo sumário.

3. **(FCC - 2018 - Prefeitura de Caruaru - PE - Procurador do Município) A respeito dos atributos do ato administrativo, é correto afirmar que**
 - a) da presunção de veracidade decorre que são presumidos verdadeiros os fatos alegados pela Administração Pública para a prática de um ato administrativo.
 - b) a imperatividade é o atributo pelo qual o ato administrativo pode ser posto em execução pela própria Administração Pública, sem necessidade de intervenção do Poder Judiciário.
 - c) são atributos do ato administrativo a competência, a forma, o objeto, o motivo e a finalidade.
 - d) finalidade é o atributo do ato administrativo que se refere ao efeito jurídico imediato produzido pelo ato.
 - e) autoexecutoriedade é o atributo pelo qual os atos administrativos se impõem a terceiros, independentemente de sua concordância.

4. **(FGV - 2018 - AL-RO - Analista Legislativo - Administração) Um guarda municipal, durante ronda em um mercado popular municipal, identifica inúmeras mercadorias falsificadas, realizando prontamente uma apreensão.**
De acordo com o entendimento da doutrina administrativa, assinale a afirmativa correta.
 - a) A)O ato do guarda, na situação, está amparado pelo atributo da autoexecutoriedade.
 - b) B)Desde que tenha autorização judicial, a ação do guarda estará correta.
 - c) C)A atitude do guarda representa um abuso de poder.
 - d) D)A conduta do guarda deve ser invalidada, devido ao vício de objeto.
 - e) E)Em nenhuma hipótese a ação do guarda é permitida, visto que viola o direito social do trabalho.